

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 04 e 05/07

No Plenário do Senado, poderão ser deliberados, entre outros:

- PLP 41/2019, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências.
- PLP 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.
- PL 4188/2021, que dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, a possibilidade de oneração e de uso de direitos minerários como garantia, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de recursos no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da alíquota do imposto de renda sobre rendimentos de investidores residentes ou domiciliados no exterior produzidos por determinados títulos e valores mobiliários, a alteração da composição do Conselho Nacional de Seguros Privados;
- PDL 98/2023, que susta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º e o art. 10 do Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023, e os §§ 13 a 17 do art. 6º do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que regulamentam dispositivos do marco legal do saneamento básico.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (5) o Marco Legal das Garantias de Empréstimos (PL 4.188/2021), que agora volta para a Câmara dos Deputados. Durante a votação, o relator do projeto, senador Weverton (PDT-MA), preferiu retirar o capítulo do texto que trata da execução extrajudicial de títulos executivos. O tema será incluído em outro projeto de lei.

Foi também aprovado o PLP 178/2021, que cria o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias para desburocratizar o pagamento de tributos. Segundo ele, haverá uma automação do recolhimento tributário, a unificação de bancos de dados e simplificação de guias. Já o relator, Alan Rick (União-AC), ressaltou que a norma vai aumentar a arrecadação com uma espécie de pré-preenchimento das declarações a serem enviadas para os Fiscos. O projeto segue para a sanção presidencial.

CPI das ONGs – 04/07 - 11h - Plenário 06

Sessão para deliberação de requerimentos e realização de oitivas com os seguintes convidados:

- Marcelo Norkey Duarte Pereira, conselheiro da área de prestação ambiental triunfo do Xingu, no Pará.
- Miguel dos Santos Correa, cacique da aldeia Bragança.
- Liderança indígena Luciene Kujãesage Kayabi.

Resultado: Realizada. Para acessar video da reunião, [clique aqui](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 03 a 07/07

Câmara dos Deputados realiza esforço concentrado a partir desta segunda-feira (3) para votar a pauta econômica, sendo a prioridade a votação da reforma tributária.

Até o momento, a pauta do Plenário está trancada pelo PL 2384/2023, que retoma o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), última instância de recursos administrativos sobre as punições da Receita Federal. Esse deverá ser o primeiro item em votação, a não ser que o governo retire a urgência para liberar a análise de outras matérias. Outra proposta do Executivo que tranca a pauta a partir do dia 2, é o PL 2617/2023, que cria o Programa Escola em Tempo Integral.

Também constam na pauta:

- PLP 93/2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico (alterações aprovadas pelo Senado).
- PL 2920/2023, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos
- PEC 45/2019, que propõe a reforma tributária.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou a reforma tributária (PEC 45/19), que simplifica impostos sobre o consumo, prevê a criação de fundos para o desenvolvimento regional e para bancar créditos do ICMS até 2032, e unifica a legislação dos novos tributos. A proposta foi aprovada em dois turnos, em votação concluída nesta sexta-feira (7), e seguirá para o Senado Federal.

Segundo a proposta, uma lei complementar criará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para englobar o ICMS e o ISS; e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS, o PIS-Importação, a Cofins e a Cofins-Importação

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disse que a análise das alterações do Senado no projeto que estabelece o novo arcabouço fiscal do país deve ficar para agosto. Lira disse que haverá mínimas alterações do texto aprovado pela Câmara, mas o relatório ainda precisa ser disponibilizado aos líderes.